

# Saraiva Martins presta depoimento na CPI e pode ser indiciado

por Márcio Chaer  
de Brasília

O infrutífero depoimento de cinco horas e meia — das quais três foram em sessão secreta — do coronel Raimundo Saraiva Martins, ex-adido militar brasileiro na Embaixada de Paris, na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o alto endividamento externo do Brasil, gerou uma decisão inédita na Câmara dos Deputados: ele poderá ser indiciado, com base no Código Penal, por sonegar informações a uma CPI.

Fiel ao regimento disciplinar do Exército, alegando sigilo para não responder a algumas questões e “falta de memória” para a maioria delas, o coronel Saraiva não entrou em contradição quando alegou não ter trocado qualquer tipo de informações com a ex-funcionária da Embaixada, Marisa Tupinambá, e foi surpreendido pelo deputado Eduardo Suplicy (PT-SP), que lhe exibiu uma carta escrita de seu próprio punho — dirigida a ela — em que fazia seguidas referências ao então embaixador brasileiro na França, Delfim Netto.

“São Paulo é uma região muito sensível, dificilmente aquele senhor será investido no cargo que tanto ambiciona; entretanto, poderá ser novamente ministro da Fazenda, se o futuro dirigente nacional for o que estão pensando (digo apresentando) e que desempenha alto cargo no Palácio do Planalto”, afirmou o coronel em carta que reconheceu a autenticidade, datada de 2 de agosto de 1977.

O deputado Alencar Furtado (PMDB-PR), presidente da CPI, reiterou inúmeras vezes que o poder de uma comissão parlamentar não só descharacterizava o segredo corporativo como tem, por jurisprudência, maior valor que júris comuns, ao que o coronel respondia com evasivas ou afirmativas como “a minha parte eu já cumpri” ou “não vou atirar pedras no meu Exército”, conforme relato do repórter Sérgio Garschagen.

Saraiva, entretanto, reconheceu a existência do “Relatório Saraiva”, em que o ex-adido militar teria feito denúncias contra autoridades brasileiras, entre elas a de um “Mr. 10 por cento”, que o coronel afirmou não saber de quem se tratava. Antes de tornar a sessão secreta, os deputados ofereceram ao militar da reserva todos os tipos de garantia do Congresso. Saraiva chegou a ser indagado sobre possíveis relações da sua convocação para falar na CPI com o recente boato de que o Grupo Financeiro Colmeia — da qual ele é diretor — sofreria intervenção, o que o coronel negou taxativamente.

A Comissão Parlamentar de Inquérito que examina a dívida externa brasileira voltará a reunir-se na terça-feira próxima, quando os parlamentares já terão uma resposta da presidência da Câmara sobre como será enquadrado o indiciamento de Raimundo Saraiva Martins.